



# O Discurso não Proferido

*No final da sua alocução Bento XVI encontra uma síntese harmónica, numa construção muito bela em que falam em unísono o universitário e o pontífice. De facto, para ele, se a razão se torna surda à mensagem da fé cristã e à sua sabedoria, “perde a coragem pela verdade”.*

**P**oucos meses antes de morrer, Fernando Gil, “frater in spiritu”, escrevia-me de Paris recomendando-me que lesse – ele próprio o fizera em voz alta à família – a encíclica de Bento XVI, “Deus Caritas Est”. O “Papa alemão que toca piano”, assim lhe chamou com afecto. Pela pátria de origem, ele irmanava-o aos grandes filósofos germânicos, sobretudo Kant, cuja obra tanto contribuiu para robustecer os fundamentos da lei moral. Imaginar o Pontífice ao piano, tocando Schubert, era para ele, como para mim, uma forma singular de inefável comunhão de espírito.

Li essa encíclica, como li outros escritos, encantado pela profundidade do pensamento, pela elegância formal da escrita, pela inteligência da argumentação e pela humildade

como exerce o seu magistério. Ele próprio declara no prefácio do seu “Jesus de Nazaré”: “Este livro não é de modo algum um acto do magistério, mas unicamente expressão da minha busca pessoal “do rosto do Senhor” (Sal. 27, 8). Por isso cada um tem a liberdade de me contradizer. Peço apenas aos leitores aquela pressuposição de simpatia, sem a qual não há qualquer compreensão”.

Referindo-me agora ao discurso que não chegou a ser pronunciado na universidade de “La Sapienza”, a primeira nota que quero salientar é o modo como o Papa consegue harmonizar duas vozes distintas: a do Pontífice e a do “scholar” – certamente um dos mais notáveis que alguma vez ocupou a cadeira de S. Pedro – que eu creio, a julgar pelo muito que dele tenho lido, nunca deixará de marcar o seu pontificado. Aliás, acerca do discurso de Ratisbona, a sua universidade,



## DOSSIER

ele diz que foi a voz do académico que ali falou mais alto. No discurso que nos importa, a precedência parece inverter-se. Mas o Papa é muito claro logo no início, ao dizer que está a falar numa universidade laica, que goza daquela autonomia “que, na base do seu próprio conceito constituinte”, é parte intrínseca da natureza da universidade, autonomia que “deve estar vinculada exclusivamente à autoridade da verdade”.

Marcaram-me bem os debates dos anos 60, no tempo da crise académica que vivi como jovem universitário, pois a defesa da autonomia da universidade era a causa comum que unia estudantes e professores, qualquer que fosse a sua opção política.

O que entendíamos ter ofendido essa autonomia, era motivo de indignação uníssona. Recorde-se que a universidade foi, ao longo dos séculos, considerada espaço sagrado, mesmo na Rússia tsarista, e não devemos esquecer que mesmo durante a invasão de Praga os tanques soviéticos não ultrapassaram os umbrais da sua academia. Quarenta anos volvidos após a crise da minha juventude, o poder político parece não compreender ainda as virtudes e virtualidades dessa autonomia indispensável para que floresça o “novo humanismo para o terceiro milénio” a que Bento XVI se refere.

A segunda nota é que o Papa admite que, estando a falar numa instituição laica, considerava delicado “tirar” as suas conclusões da fé” e, por isso, não poderia pretender a validade das mesmas para aqueles que não a partilhavam. Isto poderia levar a questionar o papel do Papa como uma “voz da razão ética da humanidade”.

De facto, esta é para mim uma das questões mais sensíveis do debate ético contemporâneo, pois alguns dos seus protagonistas refugiam-se na proclamação da superioridade moral das suas posições, supremacia que é sustentada apenas por valores religiosos, mesmo que disfarçados sob um véu diáfano de secularidade. Aqui, como afirma John Rawls, é útil procurar “a pluralism of incompatible yet reasonable comprehensive (religious, philosophical and moral) doctrines”.

Também neste discurso, como é sua marca, a argumentação é apresentada com extraordinária tolerância, sem qualquer vinco dogmático: ele fala “como representante de uma comunidade crente, na qual, durante os séculos da sua existência, amadureceu uma determinada sabedoria da vida”. É a voz “de uma comunidade que guarda em si um tesouro de conhecimento e de experiência ética, que se revela importante para toda a humanidade.”

*O tema de discurso é: o que é a universidade? Qual a sua missão? A resposta é simples. O que a move, acima de tudo, é a sede do conhecimento, a “libido scientia”: “O homem quer conhecer, quer a verdade”, e “o conhecimento da verdade tem como finalidade o conhecimento do bem”*

Ele não procura impôr o que se pode designar como uma “ética da obediência”, cujo princípio da moralidade é a obediência, o nome da acção a caridade, a expressão da moralidade, o respeito por Deus e pela criação, e como valores, a salvação e a resignação. Repare-se, como notou Fernando Gil, que esta ética tem uma formidável adversária na “ética da liberdade” cujos princípios são a liberdade e igualdade de direitos, a expressão da moralidade o respeito pela pessoa, os valores a afirmação de si, e o modo de moralidade o dever em relação a uma lei unipessoal.

O Papa fala pois com convicta simplicidade como “representante de uma razão ética”. Escutar esta voz é cada vez mais urgente, mas a sua audição é episodicamente perturbada pela turbulência de ruídos gerados não só no seio da própria comunidade cristã, mas também, com extraordinária violência, fora dos seus confins. Note-se, por exemplo, o ressurgimento de obras que, revelando muitas vezes uma extraordinária pobreza na argumentação teológica, pretendem afirmar a primazia absoluta da ciência no secular duelo com a ciência.

O magistério ético que forçosamente tem de se empenhar na luta do mundo, está naturalmente condicionado pela própria personalidade do Papa, que se repercute também na percepção da sociedade em geral sobre a forma como actua o Vigário de Cristo. Bento XVI insiste, embora este não seja o tema principal do seu discurso, que a sabedoria das grandes tradições religiosas não se pode “impunemente deitar para o cesto da história das ideias”. Esta é uma verdade de que nenhum homem de boa vontade pode escarnecer.

É para mim muito interessante a forma como desenvolve e entrelaça a sua argumentação. Basicamente o tema de discurso é: o que é a universidade? Qual a sua missão? A resposta é simples. O que a move, acima de tudo, é a sede do conhecimento, a “libido scientia”: “O homem quer conhecer, quer a verdade”, e “o conhecimento da verdade tem como finalidade o conhecimento do bem”. Recordo aqui o ciclo Ecco Homo que o Sr. Cardeal Patriarca promoveu há poucos anos sobre a trilogia platónica da verdade, do belo e do bem.

Na universidade medieval a Faculdade de Medicina era considerada mais próximo da prática de uma arte do que uma ciência. Note-se, no entanto, o sentido do famoso aforismo hipocrático acerca do meu ofício: “a arte é breve”. Esta “arte” era a “techne”, algo que se fazia com as mãos e que se aprendia com o treino. Daí Bento XVI deriva imediatamente para a Faculdade de Jurisprudência, e cita Habermas, parceiro de diálogo passado. Para o filósofo alemão, recorda, a legitimidade de uma carta constitucional deriva de duas fontes: a participação política igualitária de todos os cidadãos e da forma razoável como são resolvidos os “contrastes políticos”, um desiderato de difícil de resolução prática. Para o Papa a grande preocupação é o facto de que “a sensibilidade pela verdade acaba incessantemente subjugada à sensibilidade pelos interesses”, e aqui aflora o conceito de verdade no debate filosófico e político.

No contexto da universidade como sede por excelência da investigação científica, e portanto de procura da verdade, vale a pena recordar que Santo Agostinho na “Cidade de Deus” escreveu: “Descobriram-se e aperfeiçoaram-se, pelo génio natural do homem, inumeráveis artes e ofícios que





cuidam não só das necessidade da vida mas também da satisfação dos homens”. Ou seja, a ciência e a tecnologia têm também uma função escatológica, consubstanciada no homem “imago dei”, fiel à sua vocação de cooperante de Deus no estabelecimento do seu reino e no domínio da terra.

E volta à questão do que é a verdade, num mundo em que persiste um antagonismo paradoxal: por um lado, a devoção à verdade e por outro, a suspeita, o temor de ser enganado, a pulsão para olhar para lá das aparências. Do ponto de vista filosófico, a verdade é para muitos um conceito indefinível, que está ligado a um conjunto de noções como significado, referência, crença, desejo, causa ou acção. Mas o “telos” intrínseco da ciência é a representação fidedigna e objectiva da verdade, e disso não se afastam grandes teorizadores da filosofia das ciências como Kühn ou Popper. Mas devemos reter sempre o pensamento paradoxal (ou um magnífico oxímoro?) do grande físico Niels Böhr: uma verdade absoluta em ciência é aquela à qual se opõe outra verdade igualmente absoluta.

Na sua digressão, o Papa chega às Faculdade de Filosofia e Teologia, “guardiães da sensibilidade pela verdade”. Poderia argumentar-se que as Faculdades das Ciências Naturais o são também, mas isso obrigava talvez a distinguir qualitativamente diferentes “verdades”. Invoca a fórmula do Concílio de Calcedónia: filosofia e teologia devem relacionar-se entre si “sem confusão e sem separação.” Vale a pena recordar aqui que João Paulo II na sua encíclica “Fides et Ratio”, diz explicitamente que o movimento filosófico contemporâneo exige o “empenhamento solícito e competente de filósofos crentes”.

Bento XVI na parte final do seu discurso diz que falou, até ali, “somente da universidade medieval procurando contudo deixar transparecer a natureza permanente da universidade e da sua missão.” Aqui o discurso do Papa é para mim um pouco decepcionante, se me é permitido admitir que gostaria de ouvir mais sobre o papel no mundo da universidade do nosso tempo. Ele diz que nos tempos modernos se alinharam “novas dimensões do saber”, ciências naturais, ciências históricas e humanistas. O pensamento expresso no famoso escrito do Cardeal Newman “The idea of a university. Nine discourses delivered to the catholics of Dublin”, que data de 1852, e que mantem com extraordinária frescura a sua modernidade, não é muito diferente da forma como Bento XVI encara a missão da universidade. Para Newman a Universidade é, por excelência, “a place of teaching universal knowledge”, conhecimento como um fim em si mesmo, mas que tem como objectivo a aprendizagem de uma profissão, e do qual se não deve excluir o ensino teológico. É muito curioso que Newman, quando se interroga sobre o objectivo do Papa ao recomendar a criação de uma universidade católica escreve: “He rejoices in the widest and most philosophical systems of intellectual education, from an intimate conviction that Truth is his real ally, as it is his profession; and that Knowledge and Reason are sure ministers of Faith”.

Um século depois, José Ortega y Gasset, no seu famoso ensaio sobre a missão de universidade, apontava igualmente três objectivos: - o ensino de uma profissão intelectual (o que os anglosaxónicos chamariam “learned profession”), incluído a “profissão de mandar”, a transmissão da cultura e a

*Não cabe ao Papa “impor de modo autoritário aos outros a fé, a qual pode ser dada somente em liberdade”. Mas é sua missão manter desperta a sensibilidade pela verdade*

investigação científica e treino de investigadores. D. José diz que a ameaça vem do “nuevo bárbaro; el profesional más sábio que nunca, pero mas inculto também – el ingeniero, el médico, el abogado, el científico.” Bento XVI conhece bem esta ameaça.

De facto, uma consequência da modernidade preocupa Bento XVI: “O perigo do mundo ocidental para falar somente dele é que o homem hoje, precisamente à vista da grandeza do seu saber e do seu poder, desista diante da questão da verdade; significando isto ao mesmo tempo que, no fim de contas, a razão cede à atracção da utilidade, obrigada a reconhecê-la como critério derradeiro”. Mas note-se que o critério utilitarista está presente desde que a ciência se assumiu como a indagação inteligente dos mistérios da natureza. Sir Francis Bacon dizia já: “Truth and utility are the same thing”, como em tempos medievais era a tradição da ciência do mosteiros.

O que hoje não pode iludir-se é que a ciência não é neutra em relação aos valores morais, e a “razão ética” a que o Papa se refere com insistência, tem de estar sempre presente, sobretudo quando a própria ciência parece gerar o que podemos chamar “saberes proibidos”. Ninguém o disse melhor que o físico J. Robert Oppenheimer no seu famoso discurso no MIT em 1947: “Os físicos sentiram uma responsabilidade particularmente viva por sugerirem, apoiaram e em última análise, conseguiram fabricar armas atómicas(...) Em termos objectivos, que nem a banalidade, nem o humor, nem o exagero podem mascarar, os físicos conhecerem o pecado”.

No final da sua alocução Bento XVI encontra uma síntese harmónica, numa construção muito bela em que falam em uníssono o universitário e o pontífice. De facto, para ele, se a razão se torna surda à mensagem da fé cristã e à sua sabedoria, “perde a coragem pela verdade”. Curiosamente ele refere-se “à nossa cultura europeia”, que é uma distinção subtil que certamente não significa que o Papa desdenha a tradição da escola liberal, que é a base fundamental do património académico anglo-saxónico, particularmente, norte-americano. Mas alerta para o perigo da laicidade, uma ameaça que já era denunciada com muito veemência, quando eu era estudante universitário.

Conclui reiterando que não cabe ao Papa “impor de modo autoritário aos outros a fé, a qual pode ser dada somente em liberdade”. Mas é sua missão manter desperta a sensibilidade pela verdade. De facto, o que chama “as luzes úteis que foram surgindo ao longo da história da fé cristã” tornam ainda mais pungente e actual, a palavra do apóstolo S. João: “Conhecereis a verdade e a verdade libertar-vos-á”. Afinal, a procura da verdade em liberdade será sempre o fundamento moral de uma universidade, e a sua principal razão de existir. ●